

# **O fórum gaúcho de saúde mental e os argumentos sobre a reforma psiquiátrica no rio grande do sul. Relações sociais e princípios de justificação.**

Jacqueline Russczyk.

Cita:

Jacqueline Russczyk (2009). *O fórum gaúcho de saúde mental e os argumentos sobre a reforma psiquiátrica no rio grande do sul. Relações sociais e princípios de justificação. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1545>

# **O fórum gaúcho de saúde mental e os argumentos sobre a reforma psiquiátrica no rio grande do sul**

## **Relações sociais e princípios de justificação**

*Jacqueline Russczyk*

Este estudo tem como tema os argumentos em disputas envolvendo as concepções sobre saúde mental, presentes nas justificações e ações dos atores sociais envolvidos nas discussões referentes à Reforma Psiquiátrica de 1992, no Rio Grande de Sul. A rede da política em saúde mental é marcada pelo confronto entre duas “comunidades” que possuem concepções contrapostas sobre a loucura e o seu tratamento, ou seja, aqueles que apóiam a Reforma Psiquiátrica e os que se posicionam contra ela. Cada “comunidade” configura uma sub-rede em que são produzidos argumentos e justificações que definem posições sobre a política.

Dentro da “comunidade” apoiadora da Reforma, destaca-se um grupo pelo fato de este ser o principal articulador dos debates e ações referentes às questões de saúde mental no Rio Grande do Sul, o Fórum Gaúcho de Saúde Mental. Devido à heterogeneidade de seus integrantes, em seu interior há diferentes noções e embates de argumentos sobre a saúde mental. Como unidade de análise optou-se por pesquisar o Fórum Gaúcho de Saúde Mental. O fator decisório na escolha foi a sua complexidade identitária, pois há usuários, familiares e profissionais com posicionamentos diferenciados, bem como se evidenciam críticas, em nível nacional, de que os usuários deveriam construir um grupo próprio e independente devido às demandas diferenciadas e à necessidade de

maior autonomia de pensamento em relação aos profissionais de saúde e familiares. No entanto, esse discurso não se reproduz no Rio Grande do Sul.

As ações e a elaboração dos argumentos relacionados à saúde mental são construídas a partir da configuração de certas ligações entre as pessoas e, durante a construção dos elos, se conformam determinados posicionamentos. Está-se diante de um processo em que os indivíduos e grupos tentam mobilizar apoio para seus objetivos e influenciar as atitudes e ações dos que os seguem. A realidade vai se estruturando na situação e, assim, é impossível antecipadamente apreender o que será do resultado da ação. Nesta pesquisa, pretende-se identificar os atores sociais envolvidos para compreender e identificar as justificações exteriorizadas. Com isso, almeja-se entender as concepções, as contestações e os acordos sobre as noções de saúde mental a partir de discursos formulados sobre ela, em um processo político de disputa.

Tem-se como proposta deste estudo indagar como a configuração das relações sociais teria força sobre os argumentos acionados e quais características evidenciadas das relações entre os atores sociais explicariam justificações utilizadas sobre a Reforma. O ponto central deste estudo é, além de identificar os princípios de justificação evocados pelos atores sociais, analisar porque alguns argumentos se impõem em detrimento de outros. A partir disso, formulou-se a seguinte pergunta norteadora do estudo: Como a configuração do Fórum Gaúcho de Saúde Mental incide sobre os princípios de justificação mobilizados pelos atores sociais pertencentes ao grupo, na defesa das posições sobre a Reforma Psiquiátrica de 1992 no Rio Grande do Sul?

Pretende-se abranger como o Fórum Gaúcho de Saúde Mental foi formado, ou seja, quais são os atores sociais envolvidos, quais são as posições e funções desempenhadas e estabelecidas entre os atores sociais, como as justificativas acerca da saúde mental são construídas e ativadas e quais são as “provas” mobilizadas. Assim, objetiva-se entender a conformação do Fórum Gaúcho de Saúde Mental e sua influência sobre os princípios de justificação acionados pelos atores sociais abarcados, em um contexto específico de contestação e disputa pela política de saúde mental no Rio Grande do Sul.

Os atores sociais e entidades-chave nesse processo de disputa são os que vêm se posicionando contrários à Reforma e aqueles favoráveis à Reforma. Esses atores sociais e entidades foram identificados a partir da construção de um Grupo de Trabalho (GT) para discutir a Contra-Reforma Psiquiátrica (Projeto-Lei 40/2005). Em 14.06.06, o parecer foi à votação, sendo aprovado

o parecer contrário ao PL 40/05. Atualmente, o processo encontra-se arquivado. Essas informações foram adquiridas junto à Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

A perspectiva teórica adotada é a abordagem relacional, utilizada neste estudo como instrumento fecundo para apreender os atores sociais envolvidos no Fórum Gaúcho de Saúde Mental e/ou nas disputas envolvendo as discussões sobre a Reforma Psiquiátrica de 1992. Esta abordagem possibilita apreender como, por que e por quem determinados argumentos são produzidos e/ou mobilizados, evitando um tratamento que toma as justificações como algo independente em relação à configuração das relações entre os atores sociais que as adotam e as empregam. As diferentes justificações acionadas legitimam, ao mesmo tempo, os argumentos e os atores sociais que as mobilizam, bem como a utilização de determinado argumento ocorre justamente por ser algo já considerado legítimo.

O outro aporte teórico adotado neste estudo, e em articulação com a análise relacional, é a sociologia pragmática de Luc Boltanski. Com isso, pretende-se lançar novos olhares sobre as diferenças em relação às noções de saúde mental presentes entre os atores sociais. No entanto, não se intenciona aderir a um quadro teórico sem fazer o exercício da crítica, pois é necessário considerar os limites e possibilidades do referencial teórico utilizado, confrontando-o com a realidade empírica no momento da pesquisa.

Nesse sentido, enquanto problema social, tem-se a existência de denúncias de formas de confinamento torturantes, abandono e omissão na busca por cura ou solução para os males, bem como de desassistência. Compete visualizar quais agrupamentos e linhas de interesse se conformam em um processo político, como o usuário se insere nessa participação, quais são os atuais discursos e como se configuram a emergência de visões de mundo e as possibilidades de acordos. Ou seja, busca-se analisar em que medida o saber médico se reveste de outras formas de medicina ou em que grau outros saberes e vivências têm espaço no desenrolar das argumentações e na defesa de posicionamentos.

Para reforçar o acima exposto, torna-se importante identificar e classificar os tipos de argumentos a partir de visões de mundos e objetos evocados para que se possa refletir sobre as concepções acerca da saúde mental e para se indagar sobre a participação dos diferentes atores sociais, ou seja, se a prevalência de um determinado princípio de justificação no discurso do Fórum

Gaúcho está relacionada à prevalência de determinados atores sociais que veiculam os argumentos. Desse modo, utilizar a análise relacional como ferramenta para identificar a localização dos responsáveis pela elaboração das justificações é interessante não apenas pelo desafio teórico-metodológico que representa, mas também por ser uma forma de compreensão dos modos de construção possíveis dos argumentos dos atores sociais em um contexto de desacordo acerca da forma adequada de tratamento da saúde mental, bem como para analisar se há uma correspondência entre a configuração das relações sociais e a maneira como se estruturam os argumentos dentro do Fórum Gaúcho e no debate público.

A partir do que foi exposto, como hipótese elaborada para o estudo, afirma-se que o padrão de configuração do Fórum Gaúcho de Saúde Mental explica princípios de justificação utilizados pelos atores sociais envolvidos porque é a partir de determinadas características das relações sociais entre os atores sociais que se constroem as argumentações e se definem as ações tomadas acerca da saúde mental. Com isso, assegura-se que os atores sociais envolvidos, ou seja, profissionais da saúde e usuários, defendem sua visão de mundo acerca da saúde mental se apoiando em universos e argumentações distintos. No entanto, mesmo havendo universos distintos de justificação, elas podem sofrer alterações de acordo com a situação, prestígio, capacidade de influência e localização dentro do grupo.

A hipótese se fundamenta a partir da aproximação com o objeto empírico, o que permite inicialmente sugerir que existem hierarquias que estruturam as relações entre os atores sociais a partir de uma distribuição desigual de determinados recursos e capacidades (possuir um saber técnico e experiência profissional, ser portador de sofrimento psíquico, entre outros). A verificação de como as relações sociais entre os atores sociais se estruturam, isto é, as posições distintas por eles assumidas é um fator importante para a explicação da presença de determinados tipos de argumentos apoiados nas *cités*. Esses são os argumentos analisados a partir dos dados da pesquisa.

Para este estudo, propôs-se, como objetivo geral, identificar os atores sociais inseridos no Fórum Gaúcho de Saúde Mental e, após, construir as relações sociais para compreender as justificações sobre saúde mental e as ações ativadas em contextos de disputas em que “provas” ou objetos são utilizados para embasar os argumentos. Seguem-se como objetivos específicos: 1) situar o aparecimento da loucura, para fins de contextualização do processo político em questão e de desnaturalização da mesma enquanto objeto, e, a partir disso, evidenciar a formação do Fórum Gaúcho de Saúde Mental e resgatar as condições históricas que permitiram a Reforma Psiquiátrica

de 1992 e a Contra Reforma Psiquiátrica, ou seja, as condições para o surgimento do debate atual; 2) analisar como se constroem os elos entre os atores sociais envolvidos, as posições e as funções de cada membro do grupo; 3) mapear e classificar os regimes de ação e de justificação; 4) compreender a partir dos regimes de ação e de justificação elaborados com base nos elos formados e classificados quais são as concepções envolvidas sobre saúde mental; 5) descrever os objetos ou “provas” acionadas pelos atores sociais para afirmar determinada visão de mundo.

Utilizou-se como método de abordagem a pesquisa qualitativa. Especificamente, utilizou-se a entrevista e a posterior análise de conteúdo. Foram entrevistadas dez pessoas e os locais de entrevistas foram os mais variados. Além das entrevistas efetuadas foi observada uma Audiência Pública, ocorreu o acompanhamento da lista de e-mail no período de final de janeiro de 2008 a maio de 2008, assim como foi feita uma análise de revistas e trabalhos acadêmicos como Teses e Dissertações voltados ao tema deste estudo. Utilizou-se ainda a pesquisa bibliográfica. A forma de coleta das informações foi a gravação magnética das entrevistas, com o consentimento dos entrevistados. O uso do gravador juntamente com o diário de campo facilitou a observação das expressões do entrevistado, as aparências, e serviram para auxiliar a memória e a atenção durante a entrevista, na observação dos gestos e aspectos do ambiente. O trabalho de campo foi realizado para esta pesquisa em quatro meses de entrevistas e análise dos materiais escritos. No entanto, salienta-se que as leituras referentes ao tema, bem como o contato inicial com a temática da saúde mental, deram-se ainda no curso de Graduação em Ciências Sociais.

Encerrando este estudo, efetua-se um apanhado do que foi abordado na pesquisa e trazem-se algumas reflexões. Inicialmente, abordou-se como a questão da definição e o tratamento da loucura são disputados historicamente em nível internacional e nacionalmente, sendo que o Movimento Antimanicomial é um Movimento abrangente. No entanto, o local tem suas particularidades, conforme o contexto do Rio Grande do Sul com suas lutas e formulações atuais das políticas públicas disputadas. Nesses embates, o Fórum Gaúcho de Saúde Mental é historicamente o principal propositor e articulador das propostas e da defesa do cumprimento da Lei de Reforma Psiquiátrica de 1992, elaborada conjuntamente com esse grupo.

Propôs-se a partir de um exercício de desnaturalização efetuado neste estudo evidenciar como a loucura foi construída enquanto objeto. Sabe-se que para Boltanski, uns dos autores usados como referencial teórico, o objeto de pesquisa não é o passado e sim as várias ações e relações situacionais da vida cotidiana mobilizadoras de variadas argumentações. No entanto, entende-se

que não basta evidenciar essas argumentações, pois é de interesse desta pesquisa mostrar como estas justificações dependem de determinados tipos de relações anteriormente construídas. Assim, a teoria de Boltanski tem para este estudo seus limites, e se buscou outras abordagens complementares como o uso da análise relacional e os aportes teóricos de Michel Foucault.

Ao discorrer sobre o histórico da loucura, considerou-se as condições estruturais já existentes para se explicar a influência das relações sociais no comportamento e nas argumentações dos atores sociais. Portanto, as contribuições de Foucault complementaram a teoria de Boltanski, o que é consonante com a análise relacional utilizada. Evidencia-se descontinuidade nos discursos sobre a loucura, pois os discursos são determinados historicamente. No entanto, ao analisar o discurso sobre a loucura além de abranger sua aparição, deve-se avaliar o jogo de relações sociais preocupadas com questões do presente. Assim, hoje o contexto é o das disputas envolvendo as concepções sobre saúde mental e um processo político de disputa tanto no interior do Fórum como em relação a toda rede da política em saúde mental, ou seja, as disputas entre os contrários e os a favor da Reforma Psiquiátrica de 1992.

Foucault permitiu perceber as diversas classificações das noções a respeito da loucura, com sua história e particularidade das relações de força, poder e dominação. As orientações dos organismos internacionais, atualmente, expressam as novas relações constituídas no âmbito mundial e influenciam a formulação da política de saúde brasileira. Bem como se verificam influências teóricas e práticas de modelos de atendimento a doença mental de movimentos internacionais como os Europeus e dos EUA, os inspiradores da “nova psiquiatria”. A particularidade histórica brasileira, e em alguns pontos em consonância com as orientações internacionais, caracteriza as disputas inseridas dentro de um contexto político específico.

Optou-se pelo uso de Foucault e demais autores devido à particularidade da problemática deste estudo, isto é, apenas o tipo de situação não é explicativo do tipo de ação e argumentos acionados pelos atores sociais, mas sim é devido às relações sociais que se justifica o aparecimento público de certas argumentações. Coube a sociologia pragmática compreender as críticas colocadas pelos atores sociais e ao pesquisador a formulação de novas questões sobre objeto investigado. A partir do uso do referencial teórico de Boltanski, não se pretendeu elaborar um modelo de funcionamento da sociedade, mas esclarecer as situações e os discursos dos atores sociais. Foi um trabalho interpretativo dos atores sociais para se ajustar às circunstâncias acionando categorias gerais para a produção dos acordos. Quanto ao uso da análise relacional, apreendeu-se como, por

que e por quem determinados argumentos são mobilizados, não tomando as justificações como algo independente em relação à configuração das relações entre os atores sociais que as empregam.

O uso dos argumentos exteriorizados ocorreu porque eles já são argumentos considerados legítimos e esse acionar legitima também os atores sociais que os mobilizam. Os integrantes do Fórum demonstraram ter competência crítica e são os laços sociais que estruturam as ações e os argumentos acordados. São justamente estes acordos produzidos que influenciam as políticas em saúde mental devido ao poder de articulação e de influência do Fórum Gaúcho de Saúde Mental. A disputa vigente é resultado de um processo histórico, e afirmando-se isso se quer dizer que a Reforma Psiquiátrica no Rio Grande do Sul e no Brasil ocorreu no interior da Reforma Sanitária, e esta se implanta no contexto das transformações societárias. No entanto, por ser algo recente, o ideário da Reforma ainda precisa se consolidar na prática.

As orientações enfatizando a forma de tratamento ainda prevalecem, ou seja, o campo “psi” mantém seu poder estabelecendo um modo de viver com a doença. Percebe-se assim o quanto a atenção voltada à loucura se altera em cada contexto específico de disputas de poder: hoje, o paradigma problema-solução defendido pelo Fórum indica que não se trata de um problema simplesmente tecnocientífico, mas normativo, social e ético, como o modelo dominante internalizado ainda é o modelo institucional, o embate se centra sobre o tratamento. O termo “Reforma” já indica que elementos permanecem e outros novos se adicionam, embora ainda dentro do viés médico, nesse sentido o risco de reproduzir a lógica manicomial ocorre dentro dos serviços substitutivos, tendo em vista a variedade de profissionais que lá trabalham.

Há o predomínio do discurso médico-científico no debate público devido à forma como está estruturado o debate público. O predomínio médico-científico não ocorre devido às hierarquias no interior do Fórum porque quando os atores sociais percebem assimetrias eles fazem a crítica. É uma opção estratégica buscando eficácia política no enfrentamento dos opositores, e, que por vezes, acaba reproduzindo internamente a hierarquia do campo de disputas para poder intervir nele de forma eficaz. Assim, o Fórum apresenta um espaço de relações que se propõe simétrico e há a preponderância da representação dos psicólogos porque são eles que compõem o grupo majoritariamente, também porque são os integrantes mais antigos e dotados de experiência – a experiência é reconhecida e valorizada, não é um fator gerador de submissão.

A abordagem utilizada no estudo é relacional objetivando captar as diferenças em relação às noções de saúde mental na situação e na relação entre os integrantes do Fórum. As *cités* como tipos ideais construídos auxiliaram na classificação das argumentações e a formação da rede social permitiu trazer as posições e o perfil dos atores sociais. Nesse sentido, não se aderiu a apenas um quadro teórico, pois há limites e possibilidades de cada referencial teórico utilizado, percebido já no formular da problemática do estudo, assim como no confrontar-se com a realidade empírica.

A hipótese de que o padrão de configuração do Fórum Gaúcho de Saúde Mental explica os princípios de justificação utilizados pelos atores sociais integrantes do Fórum foi confirmada. Para a concretização dos objetivos a escolha metodológica foi decisiva, ou seja, a pesquisa qualitativa, a entrevista, a observação sistemática e assistemática, e a análise de conteúdo foram suficientes para compreender como se sustentam e quais são as argumentações e as críticas exteriorizadas pelos atores sociais. Reforçam-se ainda as justificativas deste estudo: enquanto relevância social tem-se a preocupação com a questão do tipo e com a quantidade de serviços de atenção ao portador de sofrimento psíquico, com a questão da participação dos usuários em reivindicar e em defender a sua visão sobre a doença e a saúde mental. Competiu a este estudo visualizar quais agrupamentos e linhas de interesse se conformam em um processo político de disputa.